



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de seguro para a frota de veículos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana, pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Prêmio + Franquia)	VALOR TOTAL (Prêmio + Franquia)
1	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QDS-6125 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3299919; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 04 para 05.	022764	Unidade	1	R\$ 10.017,50	R\$ 10.017,50
2	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QDS-6325 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3300400; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 04 para 05.	022764	Unidade	1	R\$ 10.017,50	R\$ 10.017,50
3	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QDS-6235 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3301579; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 4 para 5.	022764	Unidade	1	R\$ 10.017,50	R\$ 10.017,50
4	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QDN-4924 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3301733; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 4 para 5	022764	Unidade	1	R\$ 10.017,50	R\$ 10.017,50

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Prêmio + Franquia)	VALOR TOTAL (Prêmio + Franquia)
5	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QDN-4844 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303730; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 4 para 5	022764	Unidade	1	R\$ 10.017,50	R\$ 10.017,50
6	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QDN-4884 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303732; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 4 para 5	022764	Unidade	1	R\$ 10.017,50	R\$ 10.017,50
7	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QDN-4944 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303850; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 4 para 5	022764	Unidade	1	R\$ 10.017,50	R\$ 10.017,50
8	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QDN-5014 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3304397; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 4 para 5	022764	Unidade	1	R\$ 10.017,50	R\$ 10.017,50
9	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QDP-4525 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3306711; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 4 para 5	022764	Unidade	1	R\$ 10.017,50	R\$ 10.017,50

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Prêmio + Franquia)	VALOR TOTAL (Prêmio + Franquia)
10	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: OQS-9420 ; Marca/modelo: ONIBUS RODOVIÁRIO UNIDADE MOVEL MARCA MERCEDES-BENZ – OF1724 ANO/MODELO: 2013/2013 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Chassi: 9BM384076DB894226 COM CARROCERIA MARCA COMIL MODELO CAPIONE 3.45 NUMERO: BUSRCFBUNDA051644; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 1 para 2	022764	Unidade	1	R\$29.666,81	R\$29.666,81
11	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: OQS-9437 ; Marca/modelo: ONIBUS RODOVIÁRIO UNIDADE MOVEL MARCA MERCEDES – BENZ – OF1724 ANO/MODELO: 2013/2013 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Chassi: 9BM384076DB900933 COM CARROCERIA MARCA COMIL MODELO CAPIONE 3.45 NUMERO: BUSRCFBUNDA051645; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 1 para 2	022764	Unidade	1	R\$29.666,81	R\$29.666,81
12	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: PUJ-8B99 ; Marca/modelo: FORD CARGO 816 S; Chassi: 9BFVEADS7EBS71583; Tipo: Caminhão Baú (carroceria fechada); Ano/modelo: 2014 / 2014; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Preta; Combustível: Gasolina; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 5 para 6	022764	Unidade	1	R\$37.370,16	R\$37.370,16
13	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QEG-0309 ; Marca/modelo: TOYOTA ETIOS SEDAN XLS; Chassi: 9BRB29BT7H2137332; Tipo: VEÍCULO SEDAN COM 04 PORTAS; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: BRANCA; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 1 para 2	022764	Unidade	1	R\$8.032,01	R\$8.032,01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Prêmio + Franquia)	VALOR TOTAL (Prêmio + Franquia)
14	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QEG-0209 ; Marca/modelo: TOYOTA ETIOS SEDAN XLS; Chassi: 9BRB29BT4H2136042; Tipo: VEÍCULO SEDAN COM 04 PORTAS; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: BRANCA; Combustível: FLEX; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 1 para 2	022764	Unidade	1	R\$8.032,01	R\$8.032,01
15	SERVIÇOS DE SEGURO PLACA: QEZ-0F40 ; Marca/modelo: SPRINTER; Chassi: 8AC906657HE128143; Tipo: VEÍCULO VAN EXECUTIVA DE 20+1 LUGARES; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 20 pessoas; Cor: BRANCA ; Combustível: DIESEL; Veículo com monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS (Contrato nº 23/2022). Bônus: 1 para 2	022764	Unidade	1	R\$22.898,55	R\$22.898,55
TOTAL						R\$225.823,85

1.1.1. Em caso de divergência entre as descrições no Comprasnet (especialmente códigos CATSER) e as disposições deste Termo de Referência e de seus anexos, prevalecerá as deste TR.

1.1.2. O critério de julgamento das propostas será o menor valor global do item, correspondente a **somatória dos valores do prêmio e da franquia**. Os valores máximos do **prêmio** e da **franquia** estão descritos na tabela do item 11.1.

1.2. O serviço é caracterizado como comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.2.1. O serviço possui natureza continuada tendo em vista o risco ao patrimônio e a terceiros no caso de os veículos da frota oficial sofrerem sinistros sem cobertura de seguro total.

1.3. O objeto será adjudicado **POR ITEM**, conforme definido no ETP.

1.3.1. **Caso seja adjudicado mais de um item à mesma empresa, esta deverá emitir uma única apólice contemplando todos os itens adjudicados.**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Em razão da vedação prevista no art. 3º, § 4º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 123/2006, não será aplicada a exclusividade na contratação por ME/EPP.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação e demais cláusulas obrigatórias.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- Portaria TRE-PA nº 23423/2024 - Processo SEI nº 0002591-55.2024.6.14.8000.
- Anexo I - Contratos e Serviços (evento SEI0002525248) - Item 54.
- ID PCA no PNCP: 05703755000176-0-000001/2025
- Data de publicação no PNCP: 29/11/2024.

2.3. Alinhamento estratégico:

- Garantia dos Direitos de Cidadania/Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária.

2.4. A contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável no **Item 14 - Aquisições e Contratações, cujo objetivo é "ampliar a quantidade de compras sustentáveis no TRE-PA"** em 50% em relação às contratações sustentáveis realizadas por este tribunal no ano de 2022.

2.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507/2018 e da IN SEGES nº 5/2017, constituindo-se em

atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.1. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

3.2. Especificações das Coberturas e Limites

3.2.1. Cobertura Compreensiva (Casco)

a) **Limite Máximo de Indenização:** O valor do veículo segurado corresponderá a 100% (cem por cento) do valor de mercado referenciado pela tabela FIPE.

b) **Riscos Cobertos:** A cobertura do casco deverá abranger, no mínimo, os seguintes eventos:

- b.1) roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa destes;
- b.2) colisão com veículos, pessoas ou animais, abarroamento e capotamento;
- b.3) incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros, salvo exceções previstas em legislação específica;
- b.4) queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- b.5) acidente durante o transporte do veículo por outro apropriado;
- b.6) submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- b.7) granizo, furacão e terremotos;
- b.8) danos causados durante o período em que esteve em poder de terceiros, em consequência de roubo ou furto;
- b.9) responsabilidade civil (RCF – Danos Materiais e corporais);
- b.10) acidente pessoal (APP – Morte ou invalidez);
- b.11) Cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores.

3.2.2. Cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa (RCF-V) – Danos a Terceiros

- a) **Danos Materiais:** Limite mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por veículo/sinistro.
- b) **Danos Corporais:** Limite mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por veículo/sinistro.

3.2.3. Cobertura de Acidentes Pessoais de Passageiros (APP)

- a) **Morte Acidental:** Limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por passageiro/vítima.
- b) **Invalidez Permanente (Total ou Parcial):** Limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por passageiro/vítima.

3.2.4. Coberturas Adicionais

a) **Cobertura para Vidros, Faróis, Lanternas e Retrovisores:** Deverá haver cobertura específica para reparo ou troca destes componentes, com valor de franquia próprio e diferenciado.

3.2.5. Serviços de Assistência 24 Horas

- a) A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo adicional, assistência 24 horas por dia, 7 dias por semana, em todo o território nacional, com os seguintes serviços mínimos:
 - a.1) **Reboque/Guincho:** Sem limite de quilometragem em caso de pane ou sinistro, com transporte até oficina autorizada pela CONTRATANTE;
 - a.2) **Chaveiro;**
 - a.3) **Transporte dos Ocupantes** em caso de imobilização, roubo ou furto do veículo.

3.3. Condições Gerais de Execução e Gerenciamento da Apólice

3.3.1. Da Apólice

- a) A empresa vencedora deverá emitir uma única apólice para todos os veículos arrematados.
- b) A apólice deverá ser emitida em até 05 (cinco) dias, a contar da data de assinatura do contrato.
- c) A via digital da apólice deverá ser entregue à Seção de Transportes do TRE-PA em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato.
- d) A apólice deverá discriminar, de forma clara, todas as coberturas e valores contratados, incluindo:
 - d.1) Valor referenciado de 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o Casco;
 - d.2) Limites de RCF (Danos Materiais e Corporais);
 - d.3) Limites de APP (Morte e Invalidez);
 - d.4) Cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores, com o valor da respectiva franquia;
 - d.5) Previsão de Assistência 24 horas.

3.3.2. Da Vistoria Prévia

- a) As empresas interessadas poderão agendar a vistoria prévia dos veículos junto à Seção de Transportes (SETRA) do TRE-PA.
- b) A não realização da vistoria prévia por parte da seguradora implica na aceitação dos veículos no estado em que se encontram, não podendo ser invocada posteriormente para negar cobertura de componentes, equipamentos ou acessórios, e desconsidera quaisquer cláusulas de avarias preexistentes.

4.2.3. Das Avarias Preexistentes

- a) Eventual avaria preexistente, identificada e registrada na vistoria, não impedirá a contratação do seguro, mas o dano específico ficará excluído da cobertura em caso de perda parcial.
- b) Avarias preexistentes não serão consideradas como fator redutor em caso de Indenização Integral do veículo.
- c) Após o reparo de uma avaria preexistente pela CONTRATANTE, o veículo poderá ser submetido a nova vistoria para que a restrição seja removida da apólice.

3.2.4. Do Aviso e Regulação de Sinistro

- a) **Aviso de Sinistro:** A CONTRATADA deverá disponibilizar central de comunicação (telefone, e-mail ou portal online) para aviso de sinistro, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- b) **Vistoria do Sinistro:** Após o aviso, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para realizar a vistoria no veículo e autorizar os reparos.
- c) **Atendimento de Reboque:** Em caso de necessidade de reboque, o atendimento deverá ocorrer em, no máximo, 04 (quatro) horas após a solicitação. Prazos superiores deverão ser formalmente justificados.
- d) **Livre Escolha de Oficina:** A escolha da oficina para reparos do veículo sinistrado será de exclusiva competência da CONTRATANTE, não cabendo à CONTRATADA impor restrições à rede credenciada.
- e) **Prazo para Comunicação:** Não será fixado prazo máximo para que a CONTRATANTE comunique o sinistro à seguradora.
- f) **Reintegração Automática:** Após um sinistro com perda parcial, a cobertura da apólice será reintegrada automaticamente, sem cobrança de prêmio adicional.

3.2.5. Da Indenização

- a) **Prazo para Pagamento:** O prazo máximo para pagamento das indenizações (parciais ou integrais) será de 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso de sinistro e entrega da documentação pertinente. O descumprimento sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 2% (dois por cento) sobre o valor da indenização, sem prejuízo das sanções previstas em lei.
- b) **Indenização Integral:** Será caracterizada quando os custos do reparo atingirem ou ultrapassarem 75% (setenta e cinco por cento) **do valor do veículo na tabela FIPE.**
- c) **Despesas de Salvamento:** Todas as despesas de salvamento, bem como os danos causados na tentativa de evitar o sinistro ou minorar suas consequências, correrão por conta da CONTRATADA.
- d) **Salvados:** Após o pagamento da indenização integral, o veículo salvo passa a ser de responsabilidade da seguradora.

3.2.6. Da Franquia

- a) **Tipo de Franquia:** Será adotada a franquia NORMAL.
- b) **Critério de classificação da proposta:** Os menores valores do prêmio e da franquia serão o parâmetro para classificação das propostas. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos na tabela do item 11.1 do TR.
- b) **Cobrança:** A franquia será devida pela CONTRATANTE apenas em sinistros de perda parcial. O pagamento será feito prioritariamente à oficina ou, em caso de irregularidade fiscal desta, à seguradora.
- c) **Isenção:** Não haverá cobrança de franquia nos casos de Indenização Integral, roubo, furto, danos da natureza (incêndio, raio, explosão) ou quando os danos forem exclusivamente a terceiros.

3.2.7. Dos Bônus

- a) A licitante vencedora deverá considerar a classe de bônus atual de cada veículo, elevando-a em 1 (um) ponto na nova apólice, conforme o histórico informado na tabela 1 do anexo I do TR.
- b) A empresa poderá diminuir a bonificação em (um) ponto, de acordo com informações de ocorrência de sinistros, constantes na tabela 1, anexo I.

3.2.8. Do Endosso (Inclusão, Exclusão e Substituição de Veículos)

- a) **Alterações na Apólice:** Inclusões, substituições, exclusões de veículos ou correções de dados serão formalizadas via endosso, a ser emitido no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.
- b) **Inclusão e Substituição:** A CONTRATADA deverá apresentar orçamento prévio para inclusão ou substituição, com base nos valores proporcionais da proposta vencedora. O valor será validado pela CONTRATANTE mediante pesquisa de mercado.
- c) **Exclusão:** Em caso de exclusão de veículo, a CONTRATADA deverá restituir à CONTRATANTE o valor do prêmio referente ao período restante da vigência, calculado de forma pro rata die e pago via Guia de Recolhimento da União (GRU).
- c.1) A empresa deverá calcular o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a seguinte fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT$$

Onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

c.2) O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Seção de Transportes - SETRA à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

c.3) Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

c.4) A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo da tabela 1 anexo I, devidamente quitado, à Setra, Seção de Transportes do TRE-PA

3.2.9. Do Questionário de Avaliação de Risco

a) Fica estabelecido que os veículos são conduzidos por motoristas profissionais (terceirizados), com idade média superior a 35 anos e CNH categoria D. Excepcionalmente, os veículos poderão ser conduzidos por servidores habilitados, devidamente autorizados. Quando no TRE os veículos permanecem em estacionamento fechado e privativo.

b) A quilometragem média anual é estimada em 20.000 km.

c) Devido às características peculiares do serviço, não será aplicado o questionário de perfil de risco padrão, não podendo ser causa para descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam especialmente na Resolução CNJ nº 400/2021, na Lei nº 12.305/2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no *Plano de Logística Sustentável do TRE/PA* e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

- Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por um kit totalmente digital;
- Disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir cartões de PVC que demoram décadas para se decompor;
- Possuir oficinas credenciadas que realizem o descarte sustentável e responsável de peças e resíduos.

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade definidos visam alinhar a contratação aos princípios de desenvolvimento sustentável, reduzir impactos ambientais e sociais, e garantir a eficiência e a durabilidade das soluções implementadas.

4.2. Requisitos legais

4.2.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Lei Complementar nº 123, de 2006 - institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Decreto-Lei n. 73/1966 - dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.**
- **Decreto n. 60.459, de 13 de março de 1967 - regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 168, de 14 de fevereiro de 1967, e nº 296, de 28 de fevereiro de 1967.**
- Circular SUSEP Nº 639/2021, que dispõe sobre as regras e os critérios para operação de seguros do grupo automóvel, com exceção do seguro Carta Verde, DPVAT e Garantia Estendida - Auto (os quais devem observar legislação específica).
- Circular SUSEP Nº 621/2021, que disciplina as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos, que também se aplicam ao seguro automóvel, naquilo que não conflitar com a Circular Susep Nº 639/2021.

4.3. Da subcontratação

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Da Garantia de Execução Contratual

4.4.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.5. Da Vistoria

4.5.1 A avaliação prévia dos veículos e/ou das instalações do local onde os veículos ficam guardados estacionados é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 14:00 horas, mediante prévio agendamento junto à Seção de Transporte - SETRA do TRE-PA (Sala 105) do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, situado na avenida João Diogo, n. 288, Campina, Belém – Pará, pelos contatos (91) 3346-8779/8776/8777 e/ou e-mail setra@tre-pa.jus.br.

4.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.6 Margem de preferência/Tratamento Diferenciado ME/EPP

4.6.1 Não será adotada margem de preferência prevista no art. 26 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de regulamentação da matéria.

4.6.2 A Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, § 4º, Inc. VIII, expressa a impossibilidade de se beneficiar de seus dispositivos a pessoa jurídica que "exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar".

4.6.3 A vedação ainda encontra amparo no Decreto Lei nº 73, de 21 de Novembro de 1966, Art. 24, que dispõe que "apenas Sociedades Anônimas e Cooperativas, devidamente autorizadas" poderão operar seguros privados.

4.6. Sociedades cooperativas

4.6.1. Não há vedação a participação de sociedades cooperativas.

4.7. Possibilidade de participação de consórcio na licitação.

4.7.1. Não será possível a participação de consórcio de empresas nesta licitação, em razão da baixa complexidade do objeto a ser fornecido.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Regime de execução

5.1.1. O regime de execução ocorrerá por empreitada por preço global.

5.2. Condições de Execução

5.2.1. **Início da execução do objeto:** imediata a contar da assinatura do contrato e emissão da apólice.

5.2.2. **Vigência do seguro/apólice:** O seguro terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2.3. **Prazo para emissão da apólice:** A apólice deverá ser emitida em até 5 (cinco) dias, a contar da data de assinatura do contrato.

5.2.3.1. A empresa deverá entregar as apólices no endereço eletrônico setra@tre-pa.jus.br, podendo também ser entregues na Seção de Transportes do TRE/PA, localizada na Rua João Diogo, 288, Campina - Belém-PA - CEP 66015-902, Edifício-Sede - 1º andar - Sala 106, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato.

5.2.4. **Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice desde o dia da assinatura do contrato**, ainda que não emitida a apólice, caso em que a Contratada deverá fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.

5.3. Local de execução/entrega

5.3.1. Os serviços serão prestados no local informado no momento da abertura do chamado/sinistro, abrangendo todo o território nacional, estando sediados nos locais indicados na tabela abaixo.

5.3.2. Os serviços serão prestados em tempo integral, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

ITEM	VEÍCULO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACA	CHASSI	RENAVAM	LOCALIZAÇÃO	ENDEREÇO
1	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDS-6125	9BD19716TG3299919	0109287317-9	104ª ZE - SANTARÉM	AVENIDA MENDONÇA FURTADO, n. 2039, SANTA CLARA, CEP: 68005100, SANTARÉM. Tel (93) 98414-9640. E-mail: zona104@tre-pa.jus.br

2	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDS-6325	9BD19716TG3300400	0109287733-6	EDIFÍCIO SEDE	Edifício Sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Bairro: Campina. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br
3	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDS-6235	9BD19716TG3301579	0109287547-3	20ª ZE - SANTARÉM	AVENIDA MENDONÇA FURTADO, n. 2039, SANTA CLARA, CEP: 68005100, SANTARÉM. Tel (91) 3346-8105 / 984098180 / E-mail: zona020@tre-pa.jus.br
4	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDN-4924	9BD19716TG3301733	0108842042-4	57ª ZE - SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	AV. LUIS LOPES RIBEIRO S/N, CENTRO, CEP: 68518000, SÃO JOÃO DO ARAGUAIA Tel (91) 3346-8290 / E-mail: zona057@tre-pa.jus.br
5	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDN-4844	9BD19716TG3303730	0108841773-3	40ª ZE - TUCURUI	AV. MICHEL DIB TACHY, S/N - 8 ÀS 13 H., NOVA MATINHA, CEP: 68459882, TUCURUI. Tel (91) 3346-8330 / 984073661 / E-mail: zona040@tre-pa.jus.br
6	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDN-4884	9BD19716TG3303732	0108841935-3	23ª ZE - MARABÁ	AV. VP-03, FOLHA 16, QUADRA 36, LOTE 10., NOVA MARABÁ, CEP: 68508970, MARABÁ. Tel (94) 3321-3631 / 98454-1176 / E-mail: zona023@tre-pa.jus.br
7	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDN-4944	9BD19716TG3303850	0108842174-9	100ª ZE - MARABÁ	AV. VP-03, FOLHA 16 QUADRA 36 LOTE 10, NOVA MARABÁ, CEP: 68511210, MARABÁ. Tel (94) 3321-9359 / E-mail: zona100@tre-pa.jus.br
8	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDN-5014	9BD19716TG3304397	0108842316-4	04ª ZE - CASTANHAL	RUA GILBERTO MENEZES, 35, CRISTO REDENTOR, CEP: 68742790, CASTANHAL. Tel (91) 3346-8146 / 98411-0441 / E-mail: zona004@tre-pa.jus.br
9	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDP-4525	9BD19716TG3306711	0109169505-6	75ª ZE - PARAUPEBAS	RUA D QD 37 LT 26-27, CIDADE NOVA, CEP: 68515000, PARAUPEBAS. Tel (91) 98524-4341 / E-mail: zona075@tre-pa.jus.br
10	ÔNIBUS	2013	Diesel	OQS-9420	9BM384076DB894226	0568643763	DEPÓSITO DE URNAS DE ANANINDEUA	Tv. We 13-B (Cidade Nova II), 148, Ananindeua - PA. E-mail: setra@tre-pa.jus.br

11	ÔNIBUS	2013	Diesel	OQS-9437	9BM384076DB900933	0568671520	DEPÓSITO DE URNAS DE ANANINDEUA	Tv. We 13-B (Cidade Nova II), 148, Ananindeua - PA. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br
12	CAMINHÃO BAÚ	2014	Diesel	PUJ-8B99	9BFVEADS7EBS71583	01105120306	EDIFÍCIO SEDE	Edifício Sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Bairro: Campina. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br
13	TOYOTA ETIOS SEDAN XLS	2017	Flex	QEG-0309	9BRB29BT7H2137332	01103765393	EDIFÍCIO SEDE	Edifício Sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Bairro: Campina. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br
14	TOYOTA ETIOS SEDAN XLS	2017	Flex	QEG-0299	9BRB29BT4H2136042	01103764931	EDIFÍCIO SEDE	Edifício Sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Bairro: Campina. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br
15	VAN EXECUTIVA	2017	Diesel	QEZ-0F40	8AC906657HE128143	01105721091	EDIFÍCIO SEDE	Edifício Sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Bairro: Campina. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br

5.4. ESPECIFICAÇÕES DA GARANTIA CONTRATUAL, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5.1. As informações mais relevantes para o dimensionamento da proposta estão descritas nos tópicos 1 (descrição do objeto e 3 (descrição da solução como um todo), incluindo o quantitativo e especificação da frota de veículos, cobertura e limites de indenização, valores máximos da proposta e demais condições.

5.5.2. As características individuais dos motoristas como tempo de habilitação e idade não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

5.5.3. Todos os veículos do TRE-PA são equipados com módulos rastreadores e são abrigados em estacionamento privativo da Justiça Eleitoral em tempo integral quando não estão em viagem.

5.5.4. Os preços propostos incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, mão de obra, materiais, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, embalagem, lucro, despesas acessórias e outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.6. Obrigações do Contratante e do Contratado

5.6.1. As condições de execução e obrigações **específicas** do objeto estão dispostas neste Termo de Referência, especialmente nos tópicos requisitos da contratação, descrição da solução como um todo, modelo de execução do objeto e modelo de gestão do contrato.

5.6.1.1. Obriga-se o contratado a emitir o recibo no valor dos prêmios de seguro a serem pagos, com vistas ao atesto pelo fiscal designado e posterior pagamento, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, **a contar da data de assinatura do contrato.**

5.6.1.2. Disposição de central 24h para aviso de sinistro.

5.6.1.3. Vistoria do sinistro e autorização para reparos em até 5 dias.

5.6.1.4. Atendimento de reboque em até 4 horas.

5.6.1.5. Livre escolha da oficina pelo contratante para reparos.

5.6.1.6. Prazo de pagamento de indenização de 30 dias após aviso e entrega de documentação.

5.6.2. O termo de contrato definirá as **obrigações gerais da contratação**, de acordo com o modelo padronizado e disposições normativas.

5.7 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7.1 Não se aplicam, dada a natureza da contratação.

6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1. A presente contratação envolve o tratamento de dados pessoais, motivo pelo qual deverão ser incluídas no termo de contrato as condições de cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.6.1. Considerando que o objeto da contratação não é um serviço complexo, a fiscalização será concentrada num único fiscal (titular/substituto), não sendo necessárias as figuras de gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo.

7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

7.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.7.3. O fiscal do contrato informará à autoridade competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente à autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

7.7.5. O fiscal do contrato comunicará à Coordenadoria de Licitações e Contratos, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.7.6. O fiscal do contrato cuidará dos registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à autoridade superior para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

7.9. O fiscal do contrato fará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.9.1. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.9.2. O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.10. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7.11. O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Coordenadoria de Contabilidade e Finanças para a formalização dos procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento das apólices, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.2.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.5. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.5.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.7.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.11. Para fins de liquidação, a fiscalização deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. A Fiscalização deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, sem prejuízo do prosseguimento da liquidação, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado **de forma única** no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

365

$$I = (6/100)$$

365

$$I = 0,0001644$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21.1. Em caso de apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo código de barras, o pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Fatura, devendo-se observar a emissão do documento pelo valor líquido, não sendo dispensada a indicação do valor bruto e do valor da retenção tributária.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Retenções tributárias

8.23. Na ocasião do pagamento, serão efetuadas as seguintes retenções:

8.23.1. Tributos federais (IR, CSLL, PIS e COFINS) previstos no artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96, e [Instrução Normativa RFB nº 1.234](#), de 11.01.12, enquadrando o serviço no código 6188 (Empresas de seguros privados) da Tabela de Retenção do Anexo I da referida Instrução Normativa.

8.24. Para efeito do disposto no item 8.23, a empresa deverá destacar no documento fiscal as alíquotas dos tributos e os correspondentes valores, nos termos das respectivas legislações. Em caso de descumprimento desta determinação, a empresa sofrerá a retenção pelas alíquotas máximas previstas.

8.24.1. Na hipótese de ocorrer alteração em alguma das normas referenciadas no item 8.23, será aplicada a retenção correspondente prevista na legislação em vigor.

8.24.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha de custos, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.25.1. Para os fins de comprovação de que trata o item anterior, deverá ser apresentada a declaração de que trata o art. 6º da Instrução Normativa nº 1234/2012, em meio físico ou eletrônico assinado por certificação digital (não será aceito simples cópia digitalizada).

8.25.2. No caso de contrato de fornecimento continuado, a declaração será apresentada por ocasião do 1º (primeiro) pagamento, sendo dispensada nos demais. Caso haja a prorrogação do contrato, a declaração deverá ser apresentada novamente no 1º (primeiro) pagamento do novo período de vigência.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **22/07/2025**.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais (valor do prêmio e da franquia) **poderão** ser reajustados, mediante solicitação e negociação entre as partes, tendo como base as estatísticas de sinistro da seguradora, devidamente comprovadas, de acordo com as condições fixadas pelo órgão regulador competente, no caso, Superintendência de Seguros privados (SUSEP), respeitando o desconto progressivo decorrente da classe de bônus de cada veículo da frota, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

9.2.1. O limite máximo para o reajuste previsto nesta cláusula - variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - poderá ser calculado com base no índice acumulado dos últimos 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado ou do mês subsequente ao último reajuste concedido.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, por item.

10.1.1. Considerar-se-á **MENOR PREÇO** por item o **menor valor do somatório do prêmio e da franquia (prêmio + franquia), observados os valores máximos estimados**.

10.1.2. Os valores dos prêmios e das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, observando o valor máximo aceitável, conforme disposto no item 11.1 deste Termo de Referência.

10.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, os critérios de qualificação técnica e econômica a serem atendidos pelo fornecedor são os seguintes:

Exigências de habilitação

Habilitação jurídica

10.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.6. **Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.10. **A licitante deverá apresentara Certidão de Regularidade junto a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).**

10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista

10.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

10.21. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

10.21.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Das Cooperativas

10.22. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

10.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.22.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.22.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

10.22.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.22.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.22.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 225.823,85** (duzentos e vinte e cinco mil oitocentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	VEÍCULO	PRÊMIO (valor máximo)	FRANQUIA (valor máximo)	VALOR GLOBAL
1	PLACA : QDS-6125 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3299919; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
2	PLACA : QDS-6325 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3300400; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
3	PLACA : QDS-6235 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3301579; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
4	PLACA : QDN-4924 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3301733; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
5	PLACA : QDN-4844 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303730; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
6	PLACA : QDN-4884 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303732; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
7	PLACA : QDN-4944 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303850; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
8	PLACA : QDN-5014 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3304397; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
9	PLACA : QDP-4525 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3306711; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
10	PLACA : OQS-9420 ; Marca/modelo: ONIBUS RODOVIÁRIO UNIDADE MOVEL MARCA MERCEDES-BENZ – OF1724 ANO/MODELO: 2013/2013 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Chassi: 9BM384076DB894226 COM CARROCERIA MARCA COMIL MODELO CAPIONE 3.45 NUMERO: BUSRCFBUNDA051644. Combustível: DIESEL	R\$ 12.560,60	R\$ 17.106,21	R\$ 29.666,81
11	PLACA : OQS-9437 ; Marca/modelo: ONIBUS RODOVIÁRIO UNIDADE MOVEL MARCA MERCEDES – BENZ – OF1724 ANO/MODELO: 2013/2013 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Chassi: 9BM384076DB900933 COM CARROCERIA MARCA COMIL MODELO CAPIONE 3.45 NUMERO: BUSRCFBUNDA051645. Combustível: DIESEL	R\$ 12.560,60	R\$ 17.106,21	R\$ 29.666,81
12	PLACA: PUJ-8B99 ; Marca/modelo: FORD CARGO 816 S; Chassi: 9BFVEADS7EBS71583; Tipo: Caminhão Baú (carroceria fechada); Ano/modelo: 2014 / 2014; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Preta; Combustível: Gasolina;	R\$ 5.248,66	R\$ 32.121,50	R\$ 37.370,16

13	PLACA: QEG-0309 ; Marca/modelo: TOYOTA ETIOS SEDAN XLS; Chassi: 9BRB29BT7H2137332; Tipo: VEÍCULO SEDAN COM 04 PORTAS; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: BRANCA; Combustível: FLEX;	R\$ 3.482,01	R\$ 4.550,00	R\$ 8.032,01
14	PLACA: QEG-0209 ; Marca/modelo: TOYOTA ETIOS SEDAN XLS; Chassi: 9BRB29BT4H2136042; Tipo: VEÍCULO SEDAN COM 04 PORTAS; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: BRANCA; Combustível: FLEX;	R\$ 3.482,01	R\$ 4.550,00	R\$ 8.032,01
15	PLACA: QEZ-0F40 ; Marca/modelo: SPRINTER; Chassi: 8AC906657HE128143; Tipo: VEÍCULO VAN EXECUTIVA DE 20+1 LUGARES; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 20 pessoas; Cor: BRANCA ; Combustível: DIESEL;	R\$ 8.868,76	R\$ 14.029,79	R\$ 22.898,55
TOTAL PRÊMIO		R\$ 65.502,08		
TOTAL FRANQUIA			R\$ 137.423,22	
VALOR GLOBAL				R\$ 225.823,85

11.2. Os valores do prêmio e da franquia são considerados o máximo para fins de aceitabilidade da proposta, não podendo ser aceitas pelo pregoeiro(a), propostas com valores acima dos limites máximos previstos pela administração.

11.3. Tanto o valor do prêmio quanto o valor da franquia são objeto de classificação da proposta.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento ordinário e/ou pleitos da Justiça Eleitoral.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [SEÇÃO DE TRANSPORTE - SETRA];

II) Fonte de Recursos: [Ação Orçamentária 20 GP – Julgamento de causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral.];

III) Programa de Trabalho / PTRES: [167588];

IV) Elemento de Despesa: [33.90.39];

V) Plano Interno: [SEGUROS].

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- advertência**, exclusivamente pela infração prevista no subitem 13.1, alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelas infrações previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1;
- declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 13.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, quando as respectivas infrações justificarem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea anterior.

Multa:

- moratória de **0,5%** (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o **valor da parcela inadimplida**, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- moratória de **0,5%** (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o máximo de 10% (dez por

cento), pela inobservância dos prazos fixados nos itens 3.2.4, "a" e "b"; 3.2.8, "a"; 5.2.3, 5.2.3.1 e 8.6 do Termo de Referência.

3. moratória de 1% (um por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para disponibilização de reboque, item 3.2.4, "c" do Termo de Referência.

4. moratória de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado para o pagamento das coberturas/indenizações previstas no seguro contratado, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis.

2.1. o atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto.

4. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de recusa em assinar o instrumento de contrato.

5. especial de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento de quaisquer obrigações e/ou condições deste Termo de Referência, não previstas nos subitens desta cláusula (13.2).

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- 1) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 2) as peculiaridades do caso concreto;
- 3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 4) os danos que dela provierem para o Contratante;
- 5) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9. A sanção de **declaração de inidoneidade** é de competência do Presidente do TRE-PA.

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.12.1. O recurso de que trata o subitem acima será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO TR, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. RELAÇÃO DE APÊNDICES E ANEXOS

⇒ Apêndice I - Estudos Técnicos Preliminares.

⇒ Anexo I - Histórico de ocorrências de sinistros e classe de bonificações

⇒ Anexo II - Modelo de proposta

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

TABELA 1 - CLASSES DE BÔNUS

ITEM	VEÍCULO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACA	CLASSE DE BÔNUS	OCORRÊNCIA DE SINISTRO
1	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDS-6125	04 para 05	Não
2	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDS-6325	04 para 05	Não
3	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDS-6235	04 para 05	Não
4	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDN-4924	04 para 05	Não
5	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDN-4844	04 para 05	Não
6	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDN-4884	04 para 05	Não
7	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDN-4944	04 para 05	Não
8	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDN-5014	04 para 05	Não
9	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDP-4525	04 para 05	Não
10	ÔNIBUS	2013	Diesel	OQS-9420	01 para 02	Não
11	ÔNIBUS	2013	Diesel	OQS-9437	01 para 02	Não
12	CAMINHÃO BAÚ	2014	Diesel	PUJ-8B99	05 para 06	Não
13	TOYOTA ETIOS SEDAN XLS	2017	Flex	QEG-0309	01 para 02	Não
14	TOYOTA ETIOS SEDAN XLS	2017	Flex	QEG-0299	01 para 02	Não
15	VAN EXECUTIVA	2017	Diesel	QEZ-0540	01 para 02	Não

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA (MODELO DE PROPOSTA)

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail: _____, para o fornecimento dos serviços abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas na Licitação PREGÃO ELETRÔNICO nº. .../2025.

I T E M	VEÍCULO	PRÊMIO	FRANQUIA	VALOR GLOBAL
------------------	---------	--------	----------	--------------

1	PLACA: QDS-6125 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3299919; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX			
2	PLACA: QDS-6325 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3300400; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX			
3	PLACA: QDS-6235 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3301579; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX			
4	PLACA: QDN-4924 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3301733; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX			
5	PLACA: QDN-4844 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303730; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX			
6	PLACA: QDN-4884 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303732; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX			
7	PLACA: QDN-4944 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303850; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX			
8	PLACA: QDN-5014 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3304397; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX			
9	PLACA: QDP-4525 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3306711; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX			
10	PLACA: OQS-9420 ; Marca/modelo: ONIBUS RODOVIÁRIO UNIDADE MOVEL MARCA MERCEDES-BENZ – OF1724 ANO/MODELO: 2013/2013 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Chassi: 9BM384076DB894226 COM CARROCERIA MARCA COMIL MODELO CAPIONE 3.45 NUMERO: BUSRCFBUNDA051644. Combustível: DIESEL			
11	PLACA: OQS-9437 ; Marca/modelo: ONIBUS RODOVIÁRIO UNIDADE MOVEL MARCA MERCEDES – BENZ – OF1724 ANO/MODELO: 2013/2013 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Chassi: 9BM384076DB900933 COM CARROCERIA MARCA COMIL MODELO CAPIONE 3.45 NUMERO: BUSRCFBUNDA051645. Combustível: DIESEL			
12	PLACA: PUJ-8B99 ; Marca/modelo: FORD CARGO 816 S; Chassi: 9BFVEADS7EBS71583; Tipo: Caminhão Baú (carroceria fechada); Ano/modelo: 2014 / 2014; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Preta; Combustível: Gasolina;			
13	PLACA: QEG-0309 ; Marca/modelo: TOYOTA ETIOS SEDAN XLS; Chassi: 9BRB29BT7H2137332; Tipo: VEÍCULO SEDAN COM 04 PORTAS; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: BRANCA; Combustível: FLEX;			
14	PLACA: QEG-0209 ; Marca/modelo: TOYOTA ETIOS SEDAN XLS; Chassi: 9BRB29BT4H2136042; Tipo: VEÍCULO SEDAN COM 04 PORTAS; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: BRANCA; Combustível: FLEX;			
15	PLACA: QEZ-0F40 ; Marca/modelo: SPRINTER; Chassi: 8AC906657HE128143; Tipo: VEÍCULO VAN EXECUTIVA DE 20+1 LUGARES; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 20 pessoas; Cor: BRANCA ; Combustível: DIESEL;			
TOTAL PRÊMIO		R\$		
TOTAL FRANQUIA			R\$	
VALOR GLOBAL				R\$

- Lances pelo valor total do **prêmio + franquia**.
- PRAZO DE CONTRATAÇÃO: Conforme Termo de Referência
- PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.
- DADOS BANCÁRIOS COMPLETOS
- NOME, E-MAIL, E DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE LEGAL HABILITADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO
- Local e data:

(nome do representante legal pela empresa)
(nº do RG do signatário ou outro documento equivalente e CPF)



Documento assinado eletronicamente por **CLEBER SOUSA FANJAS, Coordenador**, em 01/09/2025, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WLADSON VINICIUS LOUREIRO DOS SANTOS, Chefe de Seção**, em 01/09/2025, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2787486** e o código CRC **D100BCBA**.

0008387-27.2024.6.14.8000

2787486v6